

PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO

DE NOVA MARILÂNDIA

Z.

JAYME VERĪSSIMO DE CAMPOS GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

ANTONIO EUGÊNIO BELLUCA SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

SHIGUEO KAWATAKE

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

TERESINHA SOARES DE ANDRADE PORTO
COORDENADORA DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OSVALDO PEREIRA LEITE
CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

EQUIPE TÉCNICA:

ANILDO JOSÉ DE MIRANDA E SILVA
BENEDITO RODOLFO FALCÃO
ÉDIO SILVA
GERALDO JOSÉ MENDES
JOSÉ AUGUSTO DE MORAES
MARCINO VITOR DA SILVA
MAURI EUDÁRCIO CORREA
REGINA CONCEIÇÃO DOS SANTOS
ORACILDA PINHEIRO DA MATA E SILVA

EQUIPE DE APOIO:

MARCELO ALONSO LEMES

DATILÓGRAFOS:

HELBEL CRISÓSTOMO DE PINHO JOÃO LUIS BRAGA DE MORAES

DESENHO:

SIMÃO BENEDITO CASTELO FILHO SEBASTIÃO RENATO DE MORAES

GRÁFICA DA SEPLAN

INDICE

		of ₁	PÁGIN
I	- Apresentação	• •	01
II	- INTRODUÇÃO		02
	2.1 - 1ª Etapa		02
	2.2 - 2ª Etapa	• •	02
	2.3 - 3ª Etapa		02
	2.4 - 4ª Etapa	• •	03
III .	- CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	•. •	04
	3.1 - Histórico	• •	04
• 6	3.2 - Localização Geográfica		05
	3.3 - Recursos Naturais	••	05
45.46 45.49 45.49	3.4 - Aspectos Demográficos	• •	₹ 07
IA	~ ASPECTOS ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO	•	08
	4.1 - Setor Primário	•	08
	4.2 - Setor Secundário	•	08
	4.3 - Setor Terciário	•	09
•	4.4 - Transporte	•	09
	4.5 - Energia	•	10
	4.6 - Comunicação e Lazer	•	10
٧ -	- ASPECTOS SOCIAIS		12
	5.1 - EDucação	•	12
	5.2 - Saúde		12
	5.3 - Saneamento	_	13
VI -	- ASPECTOS INSTITUCIONAIS		14
	6.1 - Estrutura Administrativa	•	14

		6.2 - Legislação	14
		6.3 - Recursos Humanos	14
		6.4 - Recursos Materiais	14
VII	_	DIRETRIZES	1.5
VIII	-	PROPOSTA DO PLAÑO DE AÇÃO	15
		8.1 - Área Institucional	15
		8.2 - Área Financeira	17
IX	-	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO VIÁVEL	26
¥	_	ANEVOC	

1

ķ

I - A P R E S E N T A Ç Ã O

O presente documento tem como objetivo apresentar uma proposta técnica para a implantação do município de Nova Marilândia que será instalado em janeiro de 1'993.

Consta de um diagnóstico e prognóstico do município com um plano de ação básico e com indicações das fontes de recursos para sua execução.

O planejamento da execução das ações propostas neste documento dependerá da aceitação do mesmo pelo Pre feito eleito, estando sujeito a alterações.

O Governo do Estado de Mato Grosso através da SEPLAN-CDR, com este documento se propõe a fortalecer o mu
nicípio de Nova Marilândia desde o início de sua implantação obje
tivando o seu crescimento e desenvolvimento.

II - INTRODUÇÃO

A proposta para implantação dos 22 Novos Municípios do Estado de Mato Grosso, a serem implantados em janei ro de 1993 obedece à seguinte metodologia:

2.1 - 1ª Etapa

- Levantamento de informações junto aos órgãos estaduais e federais, sobre o mu nicípio criado e o município de origem;
- Visita às localidades para complementação das informações coletadas, reuniões com as lideranças locais, entrevistas, de modo a obter a participação da comu nidade na proposta inicial;
- Análise das informações coletadas, com parando-as com o município de origem e o município criado em relação à Região em que se situa e o Estado;
- Elaboração da proposta inicial.

2.2 - 2ª Etapa

- Discussão da proposta com os Secretários de Estado, com os Deputados Esta
duais e Federais que possuem lideranças
nos municípios no sentido de apresentar
a proposta e discutir a real situação
do município a ser implantado.

2.3 - 3ª Etapa

- Apresentação da proposta aos Prefeito

Eleitos para aprovação, reformulação, etc.

- Elaboração da Proposta Final.

2.4 - 4ª Etapa

- Execução do Plano de Ação pela Prefeita ra Municipal, com o assessoramento SEPLAN-CDR.

Ressalta-se que a presente proposta não impositiva e, o Prefeito Eleito poderá optar por outros projeto apresentados por outros órgãos e/ou entidades, visto que o objet vo maior é o assessoramento inicial aos Prefeitos Eleitos para a ministrar os novos Municípios.

III - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

3.1 - HISTÓRICO

No decorrer de sua história os primitivos habitantes da região foram os índios Parecis, sendo que a sua ocupa ção iniciou com a implantação da linha telegráfica, pelo Mal. Cândi do da Silva Rondon, pela exploração do seringal de propriedade so Sr.Otávio Costa.

Devido ao fluxo migratório dos pioneiros a conteceu a fundação do 1º povoado na confluência do río São Francis co com o Ribeirão María Joana, pelos idos de 1959. Conta-se que o fluxo migratório sofreu grande aumento a partir do começo da exploração do garimpo de diamante, fato que continua ainda nos dias tuais, como um dos fatores predominantes na economia da região.

O primeiro nome da região gira em torno de várias especulações prevalecendo no entanto o de "Maria Joana", nome dado ao rio onde se prolifera a lavra diamantífera, em homena gem a dona Maria Joana, proprietária de uma grande fazenda, e, que muito auxiliou aos primeiros garimpeiros.

O município de Nova Marilândia foi criado com essa denominação, ainda em reverência a dona Maria Joana: Nova Marilândia foi elevada à categoria de distrito pela Lei Municipal nº 2.069, de 14 de dezembro de 1963, sendo que a sua identificação como centro urbano deve-se ao fluxo de pessoal advindas de várias regiões do País, predominando os naturais de Minas Gerais, Bahia e Santa Catarina, tendo o seu impulso desenvolvimentista acontecido entre os anos de 1967 à 1965.

A padroeira da cidade é nossa Senhora de Fátima, evento festivo religioso que se comemora no dia 17 de mais como manifestção popular de maior tradição.

o Município de Nova Marilandia foi desmem brado do município de Arenapolis, onde se situava a sede do distrito, e parte territorial do município de Diamantino.

Nova Marilândia foi elevada a categoria de município pela Lei Estadual nº 5.900 de 19 de novembro de 1.991 conforme Lei em Anexo.

3.2 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O Município de Nova Marilândia situa-se na Região Meio-Oeste do Estado de Mato Grosso, com os seguintes li mites: ao Norte com Diamantino; ao Sul com Santo Afonso; a Leste com Nortelândra e Arenápolis e a Ieste com Tangará da Serra.

3.3 - RECURSOS NATURAIS

3.3.1 - Clima

Nova Marilândia está situada na zona .de influência do clima Tropical Continental (AW). Possui duas , estações definidas: Verão e Inverno, sendo o verão a estação das águas e o inverno, o período da estiagem.

3.3.2 - Vegetação

Região cerrado, savana, árvores de porte médio, galhos retorcidos, casca grossa, com presença também de gramineas variando, de 35 a 50 centímetros de altura.

3.3.3 - Relêvo

Depressões do Alto Paraguai-Guapore, esse unidade de relêvo consiste no agrupamento de duas grandes depressões que se coalescem, mas que pertencem a bacias hidrografica diferentes: a depressão do médio e alto Guaporé vinculada à bac do rio Amazônas e a depressão do Alto Paraguai, vinculada à bac

do rio da Prata.

3.3.5 - Solo

Podzólico Vermelho-Amarelo, esta classe compreende solos com características semelhantes aos podzólicos vermelho-escuro, diferindo-se destes pela saturação de bases.

Nas áreas com topografia favorável podèrão propiciar bom desenvolvimento agrícola desde que corrigidas suas deficiências químicas.

3.3.6 - Zoneamento Agroecológico

Manejo florestal com rendimento eco-sustan tado, em ambientes florestais ecologicamente inaptos para substitui ções da vegetação natural.

Manejo florestal com rendimento eco-sustem tado em ambientes florestais de fertilidade baixa a muito baixa com desenvolvimento de pequenas parcelas cultivadas, preferencialmente, agroflorestais (Floresta Amazônica: F1;F2), ou parcelas agrícolas com culturas perenes consorciadas e poliestratificadas, eventualmente associadas com parcelas de agricultura mista (culturas anuais e pastagens, plantadas), todas elas separadas por faixas da floresta nativa, com fins de conservação das qualidades ecológicas do micro e macro ambiente florestal.

Paisagens ecologicamente aptas para substituições controladas da vegetação natural.

Paisagens (ou segmentos da paisagem) com solos não férteis.

Paisagens ecologicamente inaptas para substituições da vegetação natural.

Paisagens aptas para manejo eco-sustentado da fira e fauna silvestres.

F3- Manejo com aprov. da oferta florestal natural; 17 à 25 F3 APt- Agricultura, Lavouras anuais e Perenes diversificadas; -Manejo com aprov. da oferta Florestal Natural; 17 à 25

3.4 - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A população do município de Nova Marilân - dia é de 3,822 habitantes. A maior parte desta população está loga lizada na zona urbana.

A migração atualmente não constitui problema grave na comunidade a não ser para a faixa etária mais jovem que por falta de perspectivas, procura outros centros urbanos maiores. Com o aumento de empregos e elevação da renda, além de melhoria de centro urbanom poder-se-ia minorar este problema. Quanto a orige desta população, 60% é oriunda de outros Estados onde o maior contigente cabe aos originários do Nordeste e Sudeste do País.

IV - ASPECTOS ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO

4.1 - SETOR PRIMÁRIO

4.1.1 - Agricultura

A agricultura do Município se apresenta em caráter de subsistência, servindo apenas para o atendimento das ne cessidades internas.

Destacam-se os seguintes produtos: arroz, cana-de-acúcar, feijão, milho e mandioca. O consumo local de horta-frutigranjeiros depende de outros centros.

4.1.2 - Pecuária

Constitui outro fator importante para économia do município baseado no rebanho bovino. O sistema de criação de gado é extensivo basicamente com as fases de cria e recria de cria de cria e recria de cria e recria de cria e recria de cria e recria de cria de cr

À comercialização desse rebanho é feita na própria região, ou vendido a outros Estados.

4.1.3 - Extrativismo Mineral

A extração mineral de diamante tem sidum indicador de real importância na medida em que permite identificar o grau de desenvolvimento que vem ocorrendo no município.

4.1.4 - Assistência Técnica e Pesquisa

A Empaer com escritório de representaçã em Arenápolis, presta serviço de Assistência Técnica e Pesquisa ral em toda a região.

4.2 - SETOR SECUNDÁRIO

4.2.1 - Indústria

O Setor de Indústria é incipiente, devido a falta de infra-estrutura para o seu pleno desenvolvimento. Conta apenas com 02 (duas) serrarias que atendem a área urbana do município e comunidades vizinhas.

4.3 - SETOR TERCIÁRIO

37

4.3.1 - Comércio

O comércio varejista do centro urbano é de pequeno porte mas atende às necessidades básicas do município, apresentando a seguinte situação:

Nº ORDEM	ESPECIFICAÇÃO .	QUANTIDADE
01	Bares	12.
. 02	Açougues	02
03	Farmácia	01
94	Oficinas	03
05	Posto Combustível	01
06	Salão Beleza	01
07.	Bazares	02
08	Restaurantes	.01
р9	Mercearia	02 :
10	Supermercado	01

4.3.2 - Servicos

O Município conta com um Posto Bancário de

Bemat.

4.4 - TRANSPORTES

4.4.1 - Sistema Rodoviário

Nova Marilandia está distante 17 Km do 🌄

tro urbano mais próximo que é a cidade de Arenápolis e distante da Capital do Estado de Mato Grosso cerca de 260 Km. A rodovias que a travessa o município é a MT - 160.

4.4.2 - Sistema Hidroviário

Apesar de bem servido no tocante a bacia hidrográfica os rios não são navegáveis, inexistindo transporte nes se setor.

4.4.3 - Sistema Aeroviário

Inexiste o transporte regular de aeronaves.

Os campos de pouso existentes pertencem a particulares, servindapenas para atendimento dos mesmos.

4.5 - ENERGIA

O Setor energético de Nova Marilândia é servido pela rede de transmissão geral, que atende a demanda energe tica do município, tendo a seguinte característica: Potência Instalada de 967,5 KVA, na zona urbana 210 KVA e rural 757,5 KVA.

Existe iluminação pública no sitio urbano do Município.

4.6 - COMUNICAÇÃO E LAZER

4.6.1 - Telefonia

O sistema telefônico é precário contando apenas com um Posto de Serviço (PS), para atender a sua população.

4.6.2 - Correio e Telégrafo

O Correio está representado por um Posidescentralizado no atendimento a comunidade.

4.6.3 - Televisão

A população recebe imagens de TV gerada pela Rede Globo, Bandeirantes, SBT e Manchete, através de antena para bólica.

4.6.4 - Outros Meios de Comunicação

E utilizado o sistema de alto falante para transmitir as notícias a população. Não há rádio ou jornal no município.

4.6.5 - Areas de Lazer

Conta com um Centro Comunitário, propor cionando a população momentos de diversões.

V - ASPECTOS SOCIAIS

5.1 - EDUCAÇÃO

O número de escolas existentes atualmente no Município, estão assim distribuídas:

	DIIDAT		
TOTAL ALUNOS	RURAL	URBANA	
12	12	•••	
420	-	420	
	12	12 12	

As escolas rurais possuem espaço físico in suficiente e estão mal conservadas. As escolas recebem orientações administrativas da DREC - Delegacia Regional de Educação e Cultura, que funciona como porta voz do Governo do Estado de Mato Grosso a través da SEC, de onde são emanadas todas as diretrizes para a Eduscação. Apesar da preocupação do Governo Federal através do MEC, em suprir as carências nutricionais dos alunos verificou-se ser necessário a presença atuante do órgão.

5.2 - SAUDE

O Setor de Saúde apresenta-se ainda deficiente contando apenas com um Posto de Saúde, para atender toda população. O atendimento de consulta é feito por um médico contratado pela Prefeitura Municipal de Arenápolis que visita o Município sema nalmente. Os casos graves são atendidos em Arenápolis. Prestam serviços na áreas de saúde os seguintes recursos humanos:

Nº ORDEM	ESPECIFICAÇÃO		QUANTIDADE
01	Médico	•	01
02	Dentista		01
03	Farmacêutico	.]	01
04	Enfermeiro		02

5.3 - SANEAMENTO

O serviço de abastecimento de agua é explorado pela Sanemat, cujo sistema implantado é o de Poço Artesiano, que abastece um reservatorio de 100 m³. Este sistema atende à demanda existente.

VI - ASPECTOS INSTITUCIONAIS

6.1 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Pela démanda de serviços sugere-se a princípio, uma Estrutura Organizacional, mínima suficiente para o se funcionamento inicial, conforme organograma anexo. Posteriormente com o crescimento do Município a estrutura poderá sofrer modificações e ou adequações.

6.2 - LEGISLAÇÃO

A Legislação básica do Município de origen (Arenápolis) é suficiente para atender as normas legais até que o Município tenha sua Legislação própria.

6.3 - RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos para o funcionamento da Prefeitura deverão ser contratados através de concursos: públicos e de acordo com as necessidades da Estrutura proposta.

6.4 - RECURSOS MATERIAIS

Não possui recursos materiais para a instalação e funcionamento da nova Prefeitura, em janeiro de 1.993, sen do necessário a aquisição de mobiliários e equipamentos básicos para o seu funcionamento inicial.

VII - DIRETRIZES

O Município deverá iniciar sua administração de acordo com as suas reais possibilidades e necessidades ten
do como diretrizes básicas a implantação da estrutura administrati
va aquisição de máquinas e equipamentos, execução de obras e serviços prioritários, destacados no plano de ação do município.

VIII - PROPOSTA DO PLANO DE AÇÃO -

8.1 - AREA INSTITUCIONAL

8.1.1 - Estrutura Administrativa

Para atender inicialmente a necessidade da futura administração, a parte organizacional deve ser a mais simples possível para se evitar o entrave burocrático e encargos patronais que ultrapasse o limite da sua capacidade financeira.

Para isso deverá a mesma ser constituída de:

PREFEITO (Gabinete) - Órgão de Direção Superior

SECRETÁRIO GERAL - Direção intermediária de Assesso ramento

- .Setor de Administração Atividade meio
- .Setor de Finanças Atividade meio
- .Setor de Saude-Saneamento- Atividade fim
- .Setor Educação Cultura Atividade fim
- .Setor de Obras e Viação e
- Serviços Urbanos Atividade fim

Obrigatoriamente deverão constar da Estrutura Administrativa como Orgão de Assessoramento ao Governo Federal subordinados diretamente ao Prefeito - JSM (Junta do Servic Militar), para tratar do alistamento militar.

Observa-se que as denominações poderão ser modificadas para Bivisão, Departamento ou Serviço, a critério da Administração.

8.1.2 - Legislação

Levando-se em conta que a Legislação do Mu nicípio de origem quase sempre é incompleta e que as mesmas vigora rão no novo município até que o mesmo tenha a sua própria Legisla ção, propõe-se o seguinte elenco de Leis básicas, as quais irão pau latinamente substituindo as existentes no município de origem.

- Lei Orgânica Municipal
- Leis de Perimetro Urbanos
- Código Tributário
- Código de Obras
- Código de Posturas
- Leis da Estrutura Administrativa
- Lei do Quadro de Pessoal
- Lei do Plano de Cargos e Salários
- Lei Estatutária (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais)
- Lei do Magistério Municipal
- Lei do Loteamento, ocupação e uso do Solo Urbano
- Decreto do Regimento Interno da Prefeitura
- Decreto Legislativo do Regimento Interno da Câmara
- " Municipal e demais Legislações referentes ao Legis

8.1.3 - Recursos Humanos

ra Organizacional proposta , apresentamos os seguintes cargos:

Nº ORDEM	QUANTIDADE	Denominação
01	01	Secretária para o Prefeito
02	01	Secretária para o Secretário Geral
03	0.1	Secretário Geral
04	05	Chefes de Setores
05	. 06	Agentes Administrativos (com atividades
		diversas)
06	02	Fiscais de Tributos
07	01"	Fiscal de Postura de Obras
08	05	Motoristas
09	02	Operadores de Máquinas
10	03	Agentes de Serviços Gerais
11	10	Braçais

Os cargos de Secretário Geral e das Che fias são de provimento em comissão e os demais de provimento efeti vo, isto é, providos apos realização de concurso público.

8.2 - ÁREA FINANCEIRA

8.2.1 - Direitos Financeiros

Serão disciplinado pela Lei nº 4.320/64 , que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle do orçamento e balanço da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

8.2.1.1 - Orgamento

O Orçamento deve ser entendido como instrumento que expressa, para um período de tempo definido, denominad Exercício Financeiro, as políticas, o programa de operações de

verno e os meios de seu financiamento. Assim, o Orçamento é, essen cialmente, um instrumento que reflete o Planejamento a curto prazo.

8.2.1.2 - Planejamento

O Planejamento é condição indispensável à aplicação racional dos recursos sempre escassos, para atendimento das reais necessidades da Comunidade, que obviamente são ilimita das e deverá obedecer a alguns princípios gerais.

O processo de planejamento é mais importante que o plano, que deve ser adequado a realidade do Município.

Um Plano de Governo, face a nova Constituição consiste em um Plano Diretor que definirá a Política Urbana, um Plano Plurianual que determinará as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal por um período talvez de 04 (quatro) a nos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que compatibilizará anual mente as diretrizes do Plano. Funcionará com um documento básico de orientação, objetivando o desenvolvimento harmônico no âmbito do Município, levando em conta também as justas aspirações da Comunidade num determinado período.

A Lei Orçamentária Anual conforme o Art. 165, da Constituição Federal, deverá ser procedida das leis: Plano Plurianual e Diretrizes Orçamentárias

- Plano Plurianual estabelecerá de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades das administrações públicas, incluindo a

despesas de capital, para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

8.2.1.3 - Receitas Orçamentárias

Constitui Receitas Orçamentárias um conjunto de ingressos efetivos expressos em moeda, ou em direitos provenientes de fontes próprias ou não, permanentes ou eventuais, que se integram ao patrimônio ou que possam gerar obrigações, reservas ou reivindicações por terceiros.

As Receitas Orçamentárias serão classifica das em cada orçamento sob os títulos receitas correntes, receitas de capital e receitas de transferências, cujas codificações numéricas encontram-se nos anexos da Lei 4.320/64.

São Receitas Correntes as provenientes da cobrança de tributos, de contribuições para fiscais, da exploração econômica de serviços prestados e do patrimônio e de outras atividades remuneradas.

São Receitas de Capital as provenientes de empréstimos e financiamento, de alienação de bens de amortizações de empréstimo concedidos do superavit do orçamento corrente, da conservação de direitos e de outras receitas que não possam se en quadrar nas especificações anteriores.

São Receitas de Transferências as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras entidades de Direito Público ou Privado, por força do monitoramento constitucio nais, de Leis específicas ou de convênios firmados e que se destinam a atender as despesas orçamentárias.

Temos a destacar que o Município recém

mancipado de Nova Marilandia , com base em levantamento efetuado pela Equipe Técnica da SEPLAN, terá como grande sustentação da
sua econômia as Receitas oriundas de Transferências tais como a co
ta do Fundo de Participação dos Municípios e a cota parte do Impos
to sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, mais devido
a grande necessidade de investimentos o Município vais precisar
de auxílio financeiro do Estado para aceleração de seu desenvolvimento.

As receitas originais de tributos dependerão muito do Poder Executivo e Legislativo, na adoção de mecanismo legais que aumente a arretadação do Municípios.

No levantamento Sócio-Econômico destacamse as necessidades para implantação da estrutura urbana e equipamen
tos urbanos como as despesas gerais de custeio do Município, com
base nisso tem-se uma proposta de Previsão de Receitas que deverão
fazer frentes a tais necessidades.

ESPECIF	CICAÇÃO DA RECEITA	
RECEITAS CORRENTES		2.449.400.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	55.500.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	21.000.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.366.300.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.000.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL		4.700.000.000,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	25.000.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	11.500.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.630.500.000,00	,
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	33.000.000,00	**************************************
TOTAL	*	7.149.400.000,

Das Receitas de Transferências Correntes e Capital acima estão previstas transferências de Convênios na ordem de Cr\$ 3.992.500.000,00 (Três bilhões, novecentos e noventa e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), necessários para implementar as Receitas que irão acelerar seu processo de desenvolvimento.

Salienta-se ainda que no orçamento da União existe Recursos destinados a Apoio e desenvolvimento Municipal que poderão ser negociados através da elaboração de Convênios.

As receitas acimas previstas foram calcula das em valores de Agosto/92.

8.2.1.4 - Execução Orçamentária

A execução Orçamentária constitui-se na materialização das ações programadas e na utilização dos recursos que lhes foram destinados para a consecução dos objetivos e metas definidas na programação de trabalho do Governo.

A execução orçamentária observará as no \underline{r} mas gerais, estabelecidas na Lei. 4.320/64.

8.2.1.5 - Escrituração Contábil

A Escrituração Contábil da entidade gove<u>r</u> namental será mantida em registros permanentes com obediência nos preceitos estabelecidos na Lei 4.320/64 e aos princípios fundame<u>n</u> tais de contabilidade, devendo observar métodos e critérios contábeis.

A contabilidade manterá registros auxilia res ou análiticos, a fim de atender a determinação da administração da entidade e da legalidade que, prescrevam métodos ou critérios con tábeis, sem modificação da estrutura da escrituração principal.

8.2.1.6 - Balancos

Nas entidades públicas municipais, o Balam co Geral é formado por um conjunto de Balanços e Demonstrações tendentes a revelar os resultados do exercício ou composição do patriguêncio e a expressão resumida das operações realizadas.

Segundo o Art. 101 da Lei Federal 4320/64, os resultados gerais de exercícios devem ser demonstrados através das peças assim denominadas.

- 1' Balanço Orçamentário
- 2 Balanço Financeiro
- 3 Balanço Patrimonial
- 4 Demonstrações das Variações Patrimo niais ou Balanço Econômico

	*	1			, 1	٠.
	•		,			
				4		,
*		•	•		· 2:	5
	•		:	- 1 -1		
		·			-	·
	E Q U I P A M E N	r r o s;	URBANOS	2 .	SEPLAN - C	DR
	AVALĮAÇÃO E	STIMADA			MUNICIPIO NOVA MARII	
				9 **.	NOTAS: ÁREA URBANA/	POPULAÇÃO/
1TEM	DISCRIMINAÇÃO / DESCRIÇÃO	EXISTENTE	A IMPLANTAR.	PROJETADA	33 ha	3:822 hab.
<u> </u>		8	8	8	PROPOSTAS	
01	Paisagismo	4				- -
01.1	Arborização	` x	100	100	300,00 un esp. na	t. p/ sombra
01.2	Outros	. х	· · · x	х	×	
02	Āreas Verdes					
02.1	Praças	- x	100	100	S 225,00 m2	H1 - E
02.2		- x	100	100	20.000,00m2	ut e e
02.3	Areas a Preservar	x	×			_
02.4	Outros	· x	- ^ ×	х х	×	
		 	·			
03	Fins Sociais	 	105			·
03.1		×	100	100	235,32 m2 50% 350	
	Centro Cultural			100	235,32.m2 idem ((3.1)
	Escolas de 1º Grau	, x	100	100		H1 - K
03.4	Creche	. x	100	100	300,00 m2 CUB H1-	
1	Posto de Saúde	x	100	100	60,00 m2 CUE #1-	
03.6	Centro de Saúde	х	100	100	210,00 m2 CVE H1-8	: + <u>조</u> 인활
03.7	Outros	X	x	Х.	X	
04	Fins Esportivos				s 47	j
1		X	100	100	540,00 m2 CUE H1 -	
04.2	Centro Esportivo	x	100	х	x	-
04.3	Outros Campo Futebol	х	100	100	₹350,00 m2 CửB Hl -	
<u>0</u> 5	Fins Institucionais			-		
05.1	Sede Prefeitura	Х	100	100	263,50 m2 CUB H1 -	
. —	Câmara Municipal	×	100	100	200,00 m2 CUB H1 -	
	Fórum	×	100	x -	<u>کرر</u>	
05.4	Delegacia de Polícia	х	100	100	231,60 m2 CUB H1 -	- 1
05.5	Outros	х	x	X	x	
06	Diversos .					
06,1	Terminal de Passageiros	х	100		750 71 0 12	
	Terminal de Cargas	×			362,34 m2 CVF H1 -	
	Terminal Aeroviário	×	100	Х		· · · · · ·
	Mercado Municipal/Feiras	- x	100	100	7.	
	Centro de Abastecimento	x	100	X	106,33 m2 CUB H1 -	
06.6	Outros*	x -	x		x x	·
		<u> </u>				
		 			<u> </u>	
		<u> </u>				
						
						- it
					·	

						-
		<u> </u>	<i>.</i> .			
		<u> </u>				
	<u> </u>		•	-		

INFRA ESTRUTURA URBANA BÁSICA

SEPLAN-CDR

AVALIAÇÃO ESTIMADA

MUNICIPIO: NOVA MARILÂNDIA

					NOTAS: ÁREA URBANA/POPULAÇ 33 ha 3.822 h
Tem	DISCRIMINAÇÃO / DESCRIÇÃO	EXISTENTE	A IMPLANTAR	PROJETADA	·
	Água Potável	<u> </u>		8	PROPOSTA
	Captação	100	×	 	
	Tratamento	100	* * * * * * * * * * * * * * * * * * *	<u>x</u>	
	Rede de Distribuição	100	 	<u> </u>	
3 1	Ligações Residenciais	· ×	X	X	<u> </u>
	Outras	<u> </u>	.X	X	
$\overline{}$		× ×	<u>×</u> – –	x	
	Consumo Diário Residencial	<u> </u>	<u> </u>	x	250 / dia / Pessos
	Esgôto Sanitário	 	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
	Rede (Coleta)	х	100	100	3000,00 m
	Ligações	х	100	100	250,00 Ligações
	Tratamento/Lançamento	X	100	190	Estação de Tratamento
	Rede Industrial	X.	х	х	
	Ligações	х	х	х	
6 1 1	Pratamento/Lançamento	х	х	x	
	Energia				
_	Seração	100	×	 x 	
2 D	Distribuição Aérea Alta Tensão	х	x	\ \frac{2}{x}	
3 D	Distribuição Aérea Baixa Tensão	х	x	- ×	- 4
4 1	luminação Pública	100	x	x ·	<u> </u>
<u>5 L</u>	igações Residenciais	100	x	X	
5 L	igações Comerc./Industriais	<u> 1</u> 00	x	x	
T	elecomunicações				
	elefonia	100	x		
	entral/Posto -	100	x	X	
	ede Aérea	100	·	X	<u></u>
	renagem Águas Pluviais		<u></u>	— <u>*</u> ——	
	aptação/Galerias Bueiros		100		7000
La	ançamento	- x	100		3000,00 m
		· x	100	7.	17.60-
				100	13.600,00 m
	asseios h	····×	100	100	27.200.00 m
	nvimentação				
	erraplenagem	, x	100	100	·27.960,00 m ³ -
	vimentos	, x	100		6 890,00 m2
	ea dos Logradouros	_ х	100	x	
Po	ontes	х	100	100	300.00 m
1	<u> </u>				
$oxed{\Box}$			 +		
1					<u> </u>

EQUIPAMENTOS EMOBILIÁRIOS						
Tem	DISCRIMINAÇÃO / DESCRIÇÃO	EXISTENTE	A IMPLANTAR	PROJETADA	NOTAS: ÁREA URBANA/POPULAÇÃO/	
01	Pouring		<u> </u>	8 .	PROPOSTAS	
, 01	Equipamentos para melhoria urbana:	 	ļ <u> — — — — — — — — — — — — — — — — — — — </u>		<u> </u>	
	urbana: 1.1- Trator Esteira 1.2- Patrol	(DG/ESR) (140-G)		0-1 un - 2 01 un -		
	1.3- Caminhão Base	(F.14000)	<u>-</u>	01 un		
02	Equipamentos de escritório para Prefeitura Municipal: 2.1- Mesa			16		
	2.2- Cadeira 2.3- Máq. Datilografia			15 un	······································	
	2.4- Mâq. Calcular			06 un		
03	Equipamentos de escritório para a Câmara Municipal:				· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
	3.1- Mesa 3.2- Cadeira			14 un 17 un		
	3.3- Mág. Datilografia	-		02 un		
	3.4- Máq. Calcular			01 un		

IX - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO VIÁVEL

MUNICÍPIO: MARILANDIA

Nº DE	PROPOSTA	CUSTO	ORIGEM DO	OBSERVAÇÕ E S		
ORDEM		M	00310	MUNICÍPIOS.	RECURSOS A NEGOCIAR	OBSERVAÇUES
01 02	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E	2.493.303.333,00	2.493.303.333,00		Estes valores estão a preço	
. 03	EQUIPAMENTO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	5.898.000,00	5.898.000,00	ta:	de julho/92	
04	urbanos execução de obras e serv <u>i</u>	2.378.473.447,00	-	2.378.473.447,00		
	ços	2.271.725.220,00	657.698.667,00	1.614.026.553,00	. · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
1	TOTAL	7.149.400.000,00	3.156.900.000,00	3.992.500.000,00	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	

X - ANEXOS

DIARIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

- 1

19 DE DEZEMBRO DE 199

DE 19 DE Detembro DE 1Mr.

> Crite e teuricípie de HOVA MARILANDIA, GERMANDENS des librations de Armépails

A ASSEMBLÉIA L'EGISLATIVA DO ESTADO DE MATO -Chosso, tepido en vista o que dispide e artige ez da Constituição Estaduay, aprova e o Governador de Estado sancieria a seguinte Lei-

Art. 89 fice criado e múnicípio de MOVA MAPILÁNDIA con sede na locelidade de melec nome, con eres desmendrade des Municípies de Arenapelis e Damentina.

API. 37 DE limites de Municipio de NOVA MARTIÂNDIA mites "Comecs no confinência do ribairão São Francisco de com o ribeirão Buriti, dal segue pele ribeirão São Francisco de Paula com o riberzio Burzia, dal segue pele riberzio 3ao Francisco de Paula acche até a barra do còrrego Pau Grosso, seguindo per este cirrego accine até a sua extrecerse, dieste ponte segue por una linne rete eté a cabaccars do córrego Iranaira, segue per este cibrego abalica sté a sua barra no riberzio atene. dil segue por este riberzio acene

eti a turra de cirrago Randolla, segue per este corrego actos até a burts de currege de Consenço, seque per sele currege actes più a eus dro, deste parte signe per une Role rate eté e cabecaire de reto Amil, desta panto segua per setra Seba reto até a cabacaiço do corrego do Curvo, segue par elita cárrego atadas sei a out jamen no cărrego São Motous, segue por asta córrego sbotso esó o harro do ciercego idetausirhe, dal segue per este ciercego acino eté a sun colocules, deste punto neque per una tirbo rest é cabactére de cirraga Amerido de Amerillado, tegua par este cirraga abate até a sun barre pa rio Sepatuba de Tanante Lira, segue par este rio atalisa eté a barra do currego Popul, del segue per este currego scino eté o sua cabeceiro, de togue par une firete rate pré à expeceire de cérroge Propulsoire, segue per este correge obsise eté a sue borre no rie des Tauxes, segue per este rie obsise eté a borre de carrege Caronha, del teque per este cărrapă acteu stê à aus calectire, deste pante segue per una finhe rath até a cabacatra de correge Cartuche, arque por sete correge abbles sté a sus barry su ribeirão Santa Antônio, del segue par onto r'heiran acimo età a borro de cárrego Carabino, segue per esto correge active of 8 sub cohecutra, direte pente segue par uma linha reta stil a cabacolra da cierropa Carrequista, saque per esta cierropa abal nto a more no elhatrão formuso, del segua por este ciliatrão acias eté a barro de córrego Bolno, segue por este córrego ecima esá o sua cobaccira, diesa partia segue por uma Soba rese eté a cobaceira de cúrrogo Maluca, segue par unte cóprogo abalse até a sua barra no corrego Vermello, dal segue per este carrego abales eta o berro de cărrupa des Podres, segue par este cărrupa scine etă a barca de correspo Curatinho, deste parte segue per uma linha rata stá a cabaceira de correge Marumal, segue per este correge aboles até à sus borra na carrage l'aquarinte, seque our este carrage actes sei a o berre de carrage Roleia, del segue per este carrage actes sté o sus cobaceiro. drate pante seque per ume tirba rele sté è cabetairs de cirrege Tirle. lague per esta córrago abalao ató a sua harra nú rio Morocará, sague par este rio obalso eté a barra de carrage Tutantiré, segue par este correge actes sié à sus catacoles, delle pr unte signie par unas Breta reta dell'a cabicare di cirrege Ague Limpe, del segue prio divier de épue de Chapade des Parets en des Bactes Planine e Anaziente até a cabicare de ribetés Bursts, del segue per este rémérée ubates eté à cabicare de ribetés Bursts, del segue per este rémérée ubates eté à les com y ribotrão São Francisco do Poute, ponto do Parsido",

Art, 38: Acrescenta artiga 28 a tal nº 177, de 16 de no de 1919 (0.0.+19/07/1919).

"Artigo 39 - Os limites de Município de Dilimantino possarão a ser se seguintes: "Inicia no canfuência de nie Arines com e Corruge Servoirs, del seguer polo rilo Arines acine nie a berra de rilimento Entivado, tugue per unte rilimento acine até a sua catecomo Senter de BR-364-163, deste pante legue per um linhe rete ne directe itte sei colocidir cam e d'elser de apuns de serre de l'embeder, deste parça segue pela divisar da áquea deste serra las diricia a runa EFIM'M seé o persognia de ris Serrayam, desta parte seque por una Seta reta seé à larra 'da cérraya Âque Doce na cieraga Firapetango, dell' seguir pari une dinne reta stè a colocatra de carrego francostra, dente parite laggier pari une dinne reta stè a colocatra de carrego facultari. pur par une muse rete and a sub horra to the Pari, seque per rigio per mira arrego sustante de córcago do Furso, del organ par colo the semin one is some constants, where family define the rest links rate chartege stamp and p min consumers, money parties organization and consumer state of the die b dur barry en che Perspent, legen per con che shalte stil o for title de cie Distancione, dul copine per esta rin estas sui a barra de cibil de cie Distancione, dul copine per esta rin estas sui a barra de cibilita desta punta suque puis divisor de áques des afluentes de surque sequenda de cibilitie Outlere-Canala à effuencies de margam dirette de birrage Prof Normal sei confronter com a catecotré de dirette de Serrege pre-mental de contrante cele à camecera de réferée Quebra-Canela, deste parte segue par una linie rete sté usta calecters, del segue par outre fire rete eté à cabaceira de mirrege Commediate, segue par este cirrège abetse ses à sus barre na cirrage Commediate, segue par este cirrège abetse ses à sus barre na cirrage do, major par ente carrege metro ste e sun barro ne rio regue per esta rio actue est a tum cabacaira, desta ponto Services, the state part and the continuents on Mindle cast a SE-366, daily tempro pute 88-364 no sentido Dismansina-Parta Velho, ste encentrar a statre da côrrego da Lebe, dal seque per este côrrego die one barts no riborio Rio Preto, sepus per sute ribolito stales oté d parte na travesta do SR-Ms, detta pante sepus polo SR-Ms na Santide Diamentare-Party Vella eté ancientes e crezamente con a est-160, deste pante segue per una linha reta ala a cabutaire da recerso Buriti, dește pante segue pale diviser de égues de Chapade des Paracis bacino Pintine a Amprenica sia encentrar a categorie de rie Sucari au micros raisme a innaversica ste encurarar a canaciara de rie Sucariuna de Pente de Pedru, seguia per este rio delna dé a borra de cérrapo Três Josse, seguie per dela scine mé a sus cabaciero, dieste pante seguie per uma Jirita rista sté a centiluïncia de cérrape da Grata can o rie Alagre, segue per este rie acine sur e pente que caleçule con une Brita rata de ruma e directo 770005E, (que parte de calectaire de Lagra Rece até encontrar a ris Alagne), segue per seta linha Price and a cobactors do ribetrio Lugas Rate, 105 segue per este ribetras e est a true berrie no mis Chiro, seque per este mis acimo até a burre de currege Campinos, angue per ente correge acteu eté a barra de carrege Passegum, segue per este carrage acine ser e sue car de Correge reseague, region por tele correge écial aix a sus boucers. deste pomos segue por una linha rela siá a a Cibecolra de Cirrego Curindos, segue por este correge étans seé a sua borra se correge barretre, del sepus pute carego berraire steise seà e for can a Arines, punto de Partido".

Art. W Di neva rediccie as artige 19 da Lis et 700, de 15/13/1955 (D.D. de 19/13/1953), e Pe screscente parègrale únice:

"Artigo 19 - Pica cristo e Município de Arenépalis. de de Município de Sarra de Bugres.

Perigrate union - Os baltes de duracipo de Personana unas - un marcos qui monostru un Argulgado ejo es toguintes: Inicia na carificância do no Santo com o no Perspect, (no begar decontrado Tres Barres), deste pante seque par the Subs rate std a time do rie dos Sugres con a correspo stytum, del tague per este cirrups actes eté a sus cabaceire, qui segue per une finha reta est à cabacilire de cirrupe Tananduli, segue par este sécrec de a sum barro de riberte Araigs, segue por este ribertio scotte até a To de córrego Deseporta, seque per esta cárrego econo stá o borro do cúrrego do Limite, segua per esta cúrrego ecine eté a pua cate deta segue per uma firem rate pri è cabactera de cirrage iranzie. Questo bando bette meta Brefe note sei a capacitica de consede han Grande, sague per este cirrage abolas mi e sua barra ca ribuirie Sia Francisco da Paula, dal segue per ubla ribuirio saona ani e sua serra rio Sentana, ougher per ante no anterior sei a for cam d rio Paraguet, lugar directorado Tres Barres, ponto de Partiago:

Art. 50 O Municípia are crisdo será instaleda com a Profette e Vermedores, eleitos (Amutilinamente, cam de des Municipies (é existences.

Art. 80 G Municiple de MOVA MARILANDIA, terà . tifre are spic sue instalocie, ao repesse percentual de 17.595 da fodita de partitipação no scara de tambéfolo de Arendonte o 6.346 de findice de participació ne ICMS de Mantelple de plamantino.

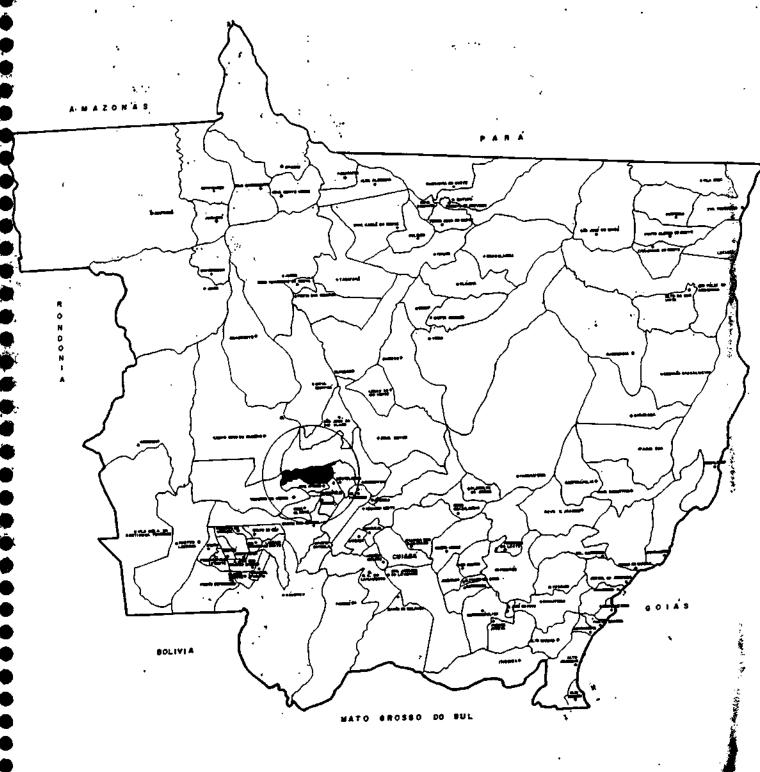
Art. 18 Eve Lef contraj en vigos publicação, revegados se dispusçõej en curpiana.

Palicte Pringuis, — Cuffee, 19 de darentes de 1981.

Mância e 1879 la Recipio de Campos

OSCAR CESAR RETIRES

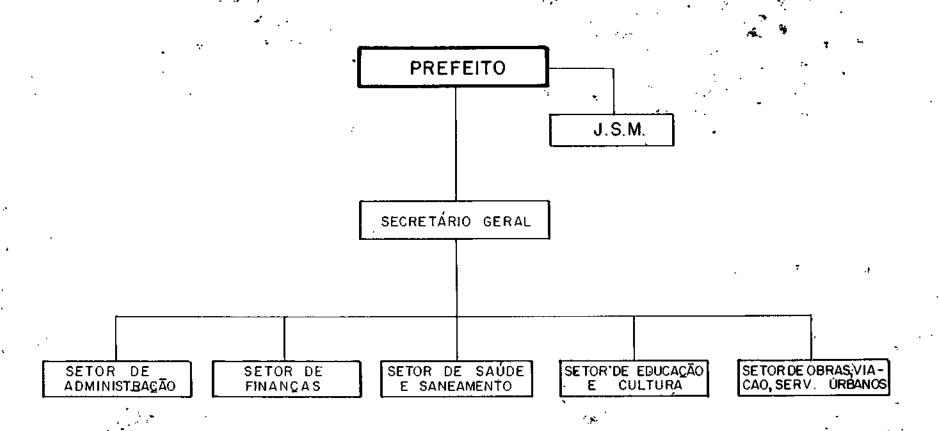
OSCA OSVALDO BODERTO SOBRIMBO
PILIPRO CORREA DA COSTA
ROBERTO FARRELIM
ACRETO FARRELIM
FA



Nova Marilāndia

Organograma da Prefeitura Municipal

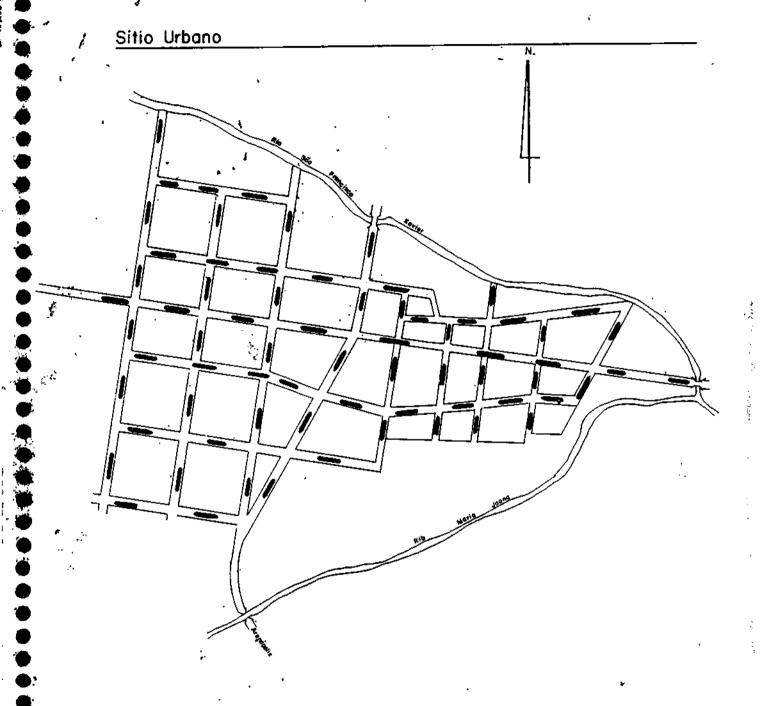
of respect



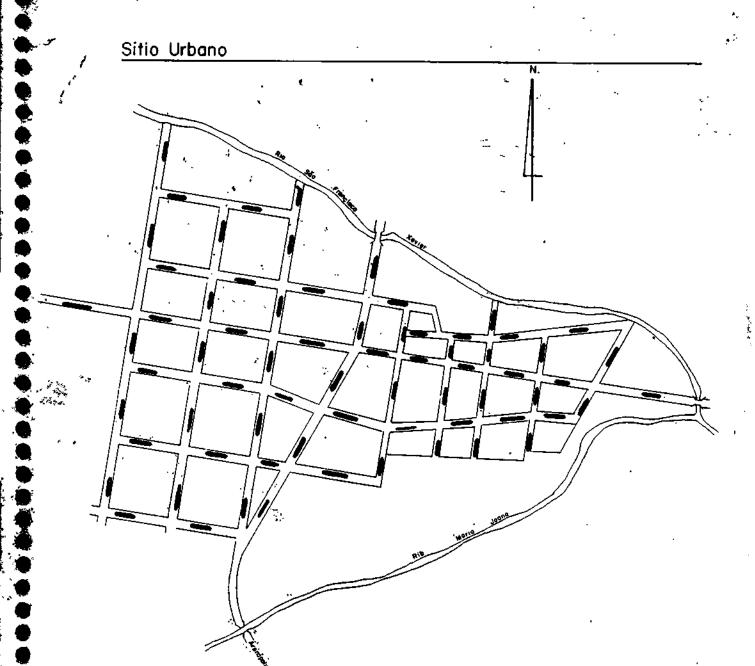
Convenções

- 1 Saúde
- 2 Escola
- 3 Esportes
- 4 Praça/Área Verde
- 5 Polícia
- 6 Igreja
- 7 Pavimentação / Calcada / Meio Fio / Sargeta
- 8 Agua / Esgoto / Aguas Pluviais
- 9 Energia' Elétrica / Iluminação Pública

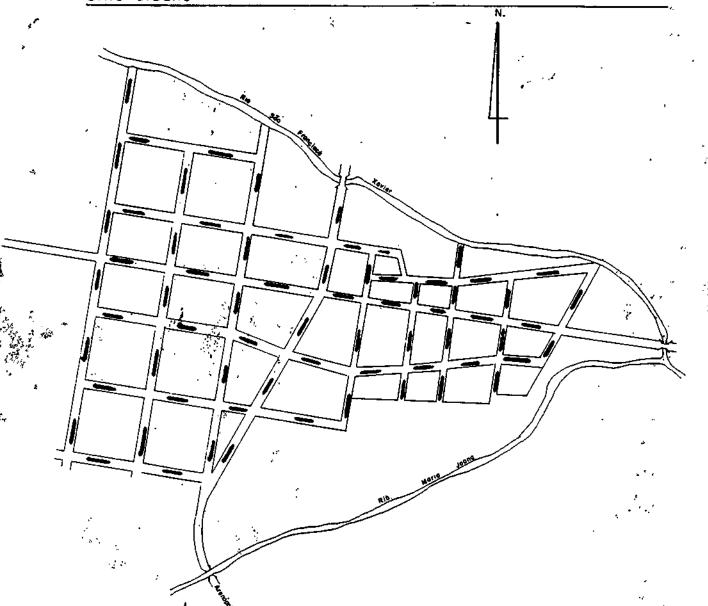
أغ Sitio Urbano



Nova Marilandia

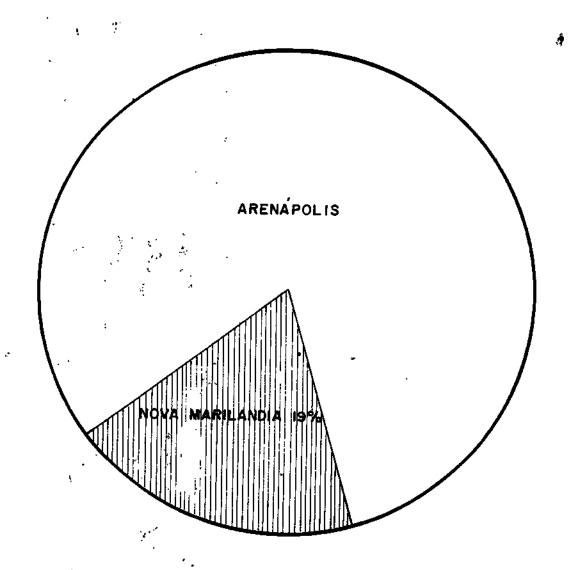


Sítio Úrbano



9

REPRESENTATIVIDADE DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO MUNICIPIO DE ORIGEM



LEGE'N DA

MUNICIPIO DE ORIGEM

MUNICIPIO

MUNICIPIO EMANCIPADO